

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Ministro Chefe da Secretaria de
Planejamento da Presidência da República



O II PND E AS
OPORTUNIDADES
DO BRASIL

A NOVA
ESTRATÉGIA

RAZÕES PARA
NÃO PERDER O SONO

O II PND E AS OPORTUNIDADES DO BRASIL *

A idéia fundamental do II PND é que o Brasil dispõe de oportunidades.

O País está reduzindo, rapidamente, a distância que o separa do mundo desenvolvido, embora ainda com as áreas de pobreza e as insuficiências que conhecemos.

A preocupação básica, no período do Plano, deverá ser no sentido de não frustrar o impulso para a criação de uma sociedade desenvolvida. Para isso, será importante, atuando com flexibilidade e dinamismo, tirar proveito das oportunidades que se oferecerem, e que pudermos criar, na integração com a economia mundial, e na frente interna, de configuração de uma economia industrial moderna e de construção de uma comunidade.

Na área econômica, será indispensável, sem perda de tempo, mas sem traumatismos, reajustar a estrutura da economia nacional, para adaptá-la às novas circunstâncias da situação mundial e ao novo estágio de desenvolvimento, que decorre da evolução anterior.

É claro, pois, que, mesmo sem a exacerbação da crise de energia, seria necessário realizar ajustamentos, pelo fato de que já estava o setor industrial funcionando a plena capacidade de produção, significando que expansão implicava em investimento para aumentar capacidade; e de que a estrutura de produção estabelecida apresentava propensão excessiva a importações, quanto a equipamentos, matérias-primas e outros produtos intermediários.

No mesmo passo, já era tempo de exigir novo papel da agricultura, através de maior contribuição ao crescimento do PIB, principalmente em estágio de plena utilização de capacidade na indústria, e, pois, de muito maiores exigências de investimento; assim como, através de fluxo mais elevado de exportações, principalmente de produtos não tradicionais.

Com o advento da crise de petróleo, tais adaptações passaram a afigurar-se imperiosas, pela realidade de que, passando os dispêndios com óleo bruto e derivados, de US\$ 726 milhões em 1973 para US\$ 2 500 a US\$ 3 000 milhões em 1974, a tendência desproporcionada a importar aquelas duas outras categorias, mais compressíveis e menos justificadas, passou a ser inaceitável.

O Brasil reconhece a importância de manter altos níveis de comércio internacional, para evitar reações em cadeia, que terminariam conduzindo o mundo ao empobrecimento geral e ao impasse. Por isso, a expansão prevista de importações, nos próximos anos, é da ordem de 20% ao ano, ritmo que dificilmente será superado por outros países, principalmente tendo em vista

* Pronunciamento na Escola Superior de Guerra, em 13 de setembro de 1974.

que o maior impacto da elevação de dispêndios com Petróleo — com a ajuda de Alá — já deve ter sido absorvido em 1974.

Ao mesmo tempo, entende o País ser vital expandir exportações, igualmente, a taxas de 20% ao ano.

Quanto às importações, o que se deseja, mantendo alto dinamismo, é evitar a continuidade de uma tendência, agora, não só irracional como insustentável.

É inteiramente válido que o Brasil, o mais rápido possível, passe a produzir, ou mesmo exportar, o aço, os metais não-ferrosos, os fertilizantes, e boa parte dos equipamentos de que necessita, para sua indústria e agricultura, pelo fato mesmo de que dispõe dos recursos naturais e demais fatores para produzi-los competitivamente. Não fazê-lo, seria abrir mão de oportunidades incalculáveis.

O País continuará respeitando seus compromissos com a ALALC e o GATT, e não pretende cometer qualquer irracionalidade em relação à política de importações, nem dar pretexto para que outros países imponham restrições tarifárias e, principalmente, não tarifárias.

Reagimos contra qualquer atitude, principalmente dos desenvolvidos, de levantar discriminações e obstáculos contra nossas exportações de manufaturados e de produtos primários, ante a evidência de ser inexpressivo o efeito de tais exportações sobre a produção interna de tais países, e de que tais medidas, inoportunas e unilaterais, apenas servem para disfarçar a falta de competitividade de alguns segmentos de produção interna, nos mesmos países, carentes de reorganização.

Do lado das exportações — ante os dois fantasmas do cenário: recessão em países industrializados e incerteza —, a nossa chance de sucesso está em não perder qualquer oportunidade de explorar novas frentes e — como sempre que se deseja reduzir risco — em manter sob processo de contínua diversificação a nossa pauta de manufaturados, semi-acabados, produtos agrícolas, minérios, serviços.

A cada obstáculo que se oferecer, será preciso apelar para novas alternativas, realizando aberturas e evitando dependências consideradas excessivas.

Internacionalmente, as indicações são de que a posição relativa do Brasil pode até melhorar, dada a pobreza de desempenho esperada em muitas áreas. Isso será realidade se soubermos manter atitude aberta e racional no tocante ao capital, à tecnologia e à cooperação financeira externas, dentro da orientação da estratégia de desenvolvimento.

Na dimensão regional, o Governo Federal destinará ao Nordeste, à Amazônia e ao Centro-Oeste recursos da ordem de Cr\$ 165 bilhões, até 1979.

Na dimensão social, o II PND representa abertura significativa, tendo como instrumento principal de coordenação da ação dos Ministérios sociais o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), já proposto ao Congresso Nacional.

A orientação definida é de, "mantendo o crescimento acelerado, realizar políticas redistributivas enquanto o bolo cresce".

Talvez a sociedade brasileira ainda não se tenha apercebido de que a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social e, agora, do CDS, é, realmente, evidência de uma nova ênfase.

Cria-se, com o II PND, o Orçamento Social, com dispêndios de Cr\$ 760 bilhões, no período, e que não é simples soma de programas de Ministérios, mas uma visão integrada de três áreas de atuação do Governo, sem paternalismo: o Programa de Valorização de Recursos Humanos, congregando os setores sociais de que resulta a qualificação e o aumento de eficiência dos recursos humanos (Educação, Saúde, Assistência Médica, Saneamento, Nutrição, Treinamento Profissional); a Integração Social, reunindo os instrumentos destinados a suplementar a renda e o patrimônio do trabalhador (como o PIS e o sistema financeiro

da comunidade internacional, com um mínimo de solidariedade coletiva, sem imediatismos ou atitudes unilaterais, para preservar a consulta e o entendimento, as formas e os instrumentos de cooperação, bilaterais ou multilaterais, os níveis elevados de intercâmbio.

Como quer que seja, enquanto a economia mundial realiza o seu itinerário de tentativas e erros, o Brasil deve acostumar-se a coexistir com tais problemas, e, se necessário, com as crises.

O Brasil, nestes dez anos de Revolução, amadureceu para isso, como assinalou o Presidente Geisel, ao apresentar à Nação o II PND.

Os desacertos e as esperanças da situação internacional devem incorporar-se ao nosso dia-a-dia, sem enfraquecer a nossa determinação de crescer, nem abalar a nossa confiança na capacidade nacional de cobrir o espaço que nos separa da fronteira do pleno desenvolvimento.

Ao País não faltarão oportunidades, após o esforço de construção nacional já realizado.

O Brasil tem condições de continuar crescendo aceleradamente, sem que se subestimem os condicionantes externos, certamente pouco favoráveis.

Mas a Nação é capaz de muito mais que isso.

O que se deseja, o que pretende o II PND, é "construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida — moderna, progressista e humana.

O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações.

Assim, aquela construção nacional se fará segundo modelo brasileiro de sociedade aberta, social, racial e politicamente. Sociedade atenta à abertura de oportunidades para o grande número, sem a nenhuma classe ou região deixar à margem do processo de modernização e desenvolvimento, avessa à prevalência de interesses de grupos, classes ou regiões. Sociedade capaz de transformar-se e reformar suas instituições — econômicas, sociais e políticas —, segundo os objetivos da estratégia nacional, respeitando os valores humanos e a identidade nacional da cultura brasileira".

de habitação); e o Programa de Desenvolvimento Social Urbano, reunindo transportes de massa e outros serviços sociais urbanos.

Esse Orçamento Social se congrega com a ação conjugada da política de empregos e da política de salários, que deverão atuar na formação da base do mercado de consumo de massa, progressivamente.

É de importância salientar que a economia brasileira tem revelado, na sua fase recente, de alto dinamismo, grande capacidade de absorção de mão-de-obra, principalmente no setor secundário, de maior nível de produtividade e salários, e onde a perspectiva é de continuação do crescimento do emprego a taxas superiores a 5% ao ano.

Isso desfaz muitas dúvidas, que todos alimentamos, na altura de 1968, quando se identificou certa tendência do nosso setor industrial a absorver relativamente pouca mão-de-obra, na primeira metade da década de 60. A verdade é que, na perspectiva atual, o setor secundário, em 1979, já estará com um total de emprego na ordem de 8 milhões de trabalhadores.

Para a economia como um todo, a média esperada é de criação de novos empregos, anualmente, na ordem de 1 300 000, quando o Programa Estratégico, em 1968, se contentava com 850 000.

Senhores

Num mundo que, econômica e politicamente, havia caminhado para a cooperação e o diálogo, inclusive entre as grandes áreas de poder, está, hoje, colocado o desafio de, bruscamente, recondicionar-se a sociedade industrial, dentro da realidade da energia cara e escassa e dos preços elevados dos insumos industriais básicos.

Só por aproximações sucessivas, nas quais certos rumos serão tentados e abandonados, e múltiplas alternativas terão de ser experimentadas, será possível estabelecer as condições para razoável estabilidade econômica e financeira, internacionalmente.

Os fantasmas que, simultaneamente, ameaçam a economia desenvolvida do Ocidente, e, com ela, o mundo vulnerável dos países em desenvolvimento, compõem um quadro em que se interligam o perigo da recessão, no curto prazo, e do crescimento nulo ou medíocre, no médio prazo, com a exacerbação inflacionária, a crise de balanço de pagamentos, a inquietação social.

Sabidamente, a perspectiva dos próximos anos é de dificuldades, possivelmente de crises.

Isso é verdade, mas não é toda a história.

O mundo se beneficiou, nos últimos quinze anos, de níveis nunca antes alcançados de intercâmbio econômico, dos desenvolvidos entre si, e, em menor escala, também dos subdesenvolvidos com os desenvolvidos e dos subdesenvolvidos entre si.

Mais recentemente, quis completar esse quadro com a distensão política, e a abertura de frentes de cooperação econômica entre os mais diferentes blocos e regiões.

Talvez se tenha, nesse passado recente, aprendido a lição de que, mesmo nas novas circunstâncias, é preciso fugir ao isolacionismo, e resistir à fácil tentação do protecionismo exacerbado. Se é difícil realizar a transição para condições de certa normalidade mantendo altos níveis de comércio e cooperação financeira, sem eles quase todas as alternativas se tornam pouco viáveis.

É natural e legítimo que todos os países — desenvolvidos ou não, exportadores ou não de petróleo — objetivem o seu próprio interesse. Mas o interesse nacional não precisa ser imediatista, nem puramente econômico e financeiro. Daí que a atitude, seja do lado dos países que têm **deficits**, seja dos que têm **superavits**, deve se atentar para os interesses de longo prazo, seus e

A NOVA ESTRATÉGIA *

A opção adotada pelo II PND foi de o Brasil manter o impulso, até o fim da década, no sentido da construção de uma economia industrial moderna e da realização da sociedade desenvolvida.

Essa opção é baseada, não no desejo de inspirar otimismo, sem mais aquela, mas na convicção de que o País dispõe de oportunidades, a despeito da desarrumação reinante na economia mundial. Num cenário de desempenhos provavelmente medíocres, talvez, inclusive, se fortaleça a nossa posição relativa, internacionalmente.

A indagação, válida, que se pode fazer é: como poderá o Brasil crescer, aceleradamente, num mundo em crise múltipla?

É importante, antes de tudo, lembrar que a situação não é nova.

Foi exatamente em duas épocas de aguda crise de balanço de pagamentos, e conjuntura mundial conturbada, que o País realizou dois significativos surtos de industrialização: a época da depressão dos anos 30 e o imediato pós-guerra.

A crise de 29 afetou seriamente a receita do café, que era então o grande supridor de divisas, e reduziu brutalmente a nossa capacidade de importar.

Aí ocorreram duas coisas. Primeiro, manteve-se razoavelmente a renda interna do setor café, pela ação do Governo. Depois, as sucessivas desvalorizações e, em geral, o estrangulamento da capacidade de importar, levaram a um rápido deslocamento de demanda em favor de produtos fabricados no País.

Em consequência da expansão industrial então deflagrada, o produto industrial brasileiro aumentou em cerca de 140%, entre 1930 e 1939.

Já no imediato pós-guerra, o que ocorreu foi que, como é sabido, rapidamente achamos um jeito de nos livrar, alegremente, das reservas internacionais acumuladas durante o conflito.

As tarifas aduaneiras, na época, não tinham efeito de proteção, por não serem *ad valorem*. Foram o sistema de licença prévia de importação, de triste memória, e, principalmente, o mecanismo de taxas múltiplas de câmbio que atuaram no sentido de criar condições para um novo surto de substituição de importações, muito mais importante e continuado que o anterior. Assim se passou a explorar, com produção nacional, um mercado interno já existente.

Evidentemente, ninguém pensaria em repetir o passado.

Mudou o mundo. Muito mais ainda, mudou o Brasil.

* Publicado em "O Globo", de 24 de setembro de 1974.

Mas é inegável ser possível implementar, no próximo estágio, uma estratégia que realiza a síntese de três fontes poderosas de crescimento: substituição de importações (para um mercado interno existente); expansão de segmentos do mercado interno; e conquista de mercados externos, pela promoção de exportações.

Primeiro, o Brasil precisa, realmente, realizar um novo surto de substituição de importações, racionalmente, na área principalmente de setores básicos: insumos industriais básicos e bens de capital.

Adaptações nesse sentido teriam de ser realizadas, ainda que não tivesse havido a crise do petróleo. É que a estrutura produtiva brasileira se havia tornado excessivamente dependente de importações: para aumentar o PIB a 10% ao ano, era necessário elevar as importações de 25 a 30%. Daí as medidas e estudos realizados ainda no Governo Médici, para, por exemplo, favorecer a produção interna de equipamentos.

Com a crise de petróleo, os ajustamentos se tornaram imperiosos. Deve o País produzir internamente o aço, metais não-ferrosos, fertilizantes, produtos químicos, papel e celulose e boa parte dos equipamentos de que precisa, para manter o crescimento acelerado. Isso é viável, tecnológica e economicamente.

Que a substituição de importações tem impacto significativo, como fonte de crescimento, ressalta do fato de que o II PND considera investimentos, nas indústrias básicas, da ordem de Cr\$ 260 bilhões.

A segunda fonte de crescimento, a expansão do mercado interno, pode ser mensurada pela constatação de que já temos um PIB da ordem de US\$ 80 bilhões, crescendo a 10% ao ano.

É possível garantir a expansão de segmentos expressivos do mercado interno, pela conjugação da política de salários (elevando os salários reais pela taxa de aumento de produtividade) com a política de preços (dividindo os ganhos de produtividade entre o produtor e consumidor, na produção em grande escala) e com a política de emprego.

As perspectivas são de criação de 6,6 milhões de empregos novos, até 1979, muito acima do crescimento da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. Isso acarretará, inclusive, certo início de escassez de mão-de-obra nos grandes centros urbanos, levando à elevação dos salários reais, pela força da procura.

A terceira fonte de crescimento, aumento das exportações a 20% ao ano, é importante como contribuição ao PIB, e, muito mais ainda, como contribuição à situação do balanço de pagamentos. Obviamente, a expansão do mercado interno ajuda o PIB, mas não o balanço de pagamentos, que será o problema mais delicado do período.

Tem o Brasil reiterado a sua disposição de continuar apoiando o crescimento do comércio internacional — ao invés do isolacionismo e do neoprotecionismo. A expectativa de aumento, tanto das exportações como das importações, a taxas de 20% ao ano é evidência disso.

Cabe, então, indagar: como aumentar as exportações nesse ritmo, num quadro mundial de, pelo menos, recessão?

De início, assinala-se que aquela taxa é bastante inferior ao desempenho dos últimos anos.

É relevante lembrar, igualmente, que, em 1974, já com bastante estagnação pelo mundo afora, o aumento das nossas exportações de manufaturados, até agosto, foi de 60%. Tal foi viável pelo fato de ainda ser o Brasil um fornecedor relativamente pequeno dos produtos, em grande número, que vem exportando regularmente. Com isso, pouco afetamos as indústrias internas dos países importadores e, mesmo, os concorrentes de outras áreas (salvo casos óbvios).

Claro, tal situação não perdurará indefinidamente.

Daí por que a viabilização da meta dependerá da manutenção de duas linhas de ação.

De um lado, estar sempre com novos produtos, de mercado dinâmico, para lançar, seja na área de produção agrícola como na de minérios e, principalmente, na de manufaturados e semimanufaturados (vide alumina, semi-acabados de aço, componentes de bens de capital e de bens duráveis, etc.). Assim se tentará sempre compensar, com maior esforço em uma área nova, qualquer dificuldade que vá surgindo nesse ou naquele produto. É a orientação de recompor continuamente a pauta de exportações, no sentido de produtos e regiões de demanda mais dinâmica.

De outro lado — como sempre quando há alto grau de incerteza —, diversificar rapidamente, no tocante a produtos e a mercados. Para isso é que se está realizando a grande abertura dos últimos tempos, em direção aos mais diferentes mercados, e mesmo com relação às diversas áreas dentro dos Estados Unidos.

Feita essa discussão dos aspectos da estratégia relacionados, em particular, com a área externa, cumpre recordar a grandeza e alcance de uma outra frente de atuação, voltada para a construção da comunidade nacional.

É todo o campo da conquista econômica de novas regiões — no Nordeste, na Amazônia, no Centro-Oeste.

Também aí se situa a estratégia de desenvolvimento social, com a realização de um orçamento social de Cr\$ 760 bilhões (preços de 1975), nos próximos cinco anos.

RAZÕES PARA NÃO PERDER O SONO*

Nas discussões sobre o II PND, ao ensejo de pronunciamentos na Escola Superior de Guerra e em outras escolas militares superiores, em reuniões com empresários, particularmente na ADECIF e, agora, no II ENAEX, a questão essencial que se tem colocado é: como pode o Brasil manter o crescimento acelerado, num mundo em crise múltipla?

A simples resposta de que o País dispõe de enorme potencial não é satisfatória. É preciso ver as condições efetivas em que vamos atuar, no próximo quinquênio, para verificar se, **no período**, dispomos de estratégia e instrumentos capazes de preservar o dinamismo do nosso processo de desenvolvimento.

Não se trata de tentar infundir otimismo, gratuitamente, mas de procurar uma resposta, com o melhor de nosso julgamento, realística e equilibradamente.

Essencialmente, antecipando a conclusão, tal resposta é: um país no estágio de desenvolvimento do Brasil e com as frentes internas a seu dispor, tem uma boa oportunidade de coexistir com a crise, sem nela afogar-se.

A análise é feita a seguir, sob a forma de dez fatores que, embora não nos dêem garantia de **happy end**, mostram que a saúde existe.

Tais fatores são:

I — **Pela experiência histórica, foi exatamente em duas épocas de aguda crise de balanço de pagamentos, e conjuntura mundial conturbada, que o País realizou dois significativos surtos de industrialização: a época da depressão dos anos 30 e o imediato pós-guerra.**

A crise de 29 afetou seriamente a receita do café, que era então o grande supridor de divisas, e reduziu brutalmente a nossa capacidade de importar.

Aí ocorreram duas coisas. Primeiro, manteve-se razoavelmente a renda interna do setor café, pela ação do Governo. Depois, as sucessivas desvalorizações e, em geral, o estrangulamento da capacidade de importar, levaram a um rápido deslocamento de demanda em favor de produtos fabricados no País.

Em conseqüência da expansão industrial então deflagrada, o produto industrial brasileiro aumentou em cerca de 140%, entre 1930 e 1939.

Como assinala estudo do IPEA:**

* Publicado no "Jornal do Brasil", de 8 de outubro de 1974.

** "Política do Governo e crescimento da economia brasileira 1889/1945" (Villela e Suzigan).

"Foi efetivamente nos anos trinta que se deram as mais importantes modificações nas tendências e estrutura da produção antes de 1945. No setor agrícola, estiveram ligadas à crise permanente do café, e no setor industrial aos problemas cambiais gerados por essa crise e pelos efeitos da depressão, que levaram à adoção do controle cambial.

"No setor industrial, por outro lado, os setores dinâmicos (principalmente a produção de cimento e papel, e as indústrias metalúrgica e mecânica) passaram a crescer mais rapidamente que os tradicionais, embora estes ainda continuassem a representar a maior parte da indústria. Esse fato foi mais notável no Estado de São Paulo que, assim, acentuou as economias externas tendentes a estimular, ainda mais, a concentração regional da produção industrial."

Já no imediato pós-guerra, o que ocorreu foi que, como é sabido, rapidamente nos livramos das reservas internacionais acumuladas durante o conflito.

As tarifas aduaneiras, na época, não tinham efeito de proteção, por não serem **ad valorem**. Foram o sistema de licença prévia de importação, de triste memória e, principalmente, o mecanismo de taxas múltiplas de câmbio que atuaram no sentido de criar condições para um novo surto de substituição de importações, muito mais importante e continuado que o anterior. Assim se passou a explorar, com produção nacional, um mercado interno já existente.

Evidentemente, ninguém pensaria em repetir o passado.

Mas é possível conceber uma estratégia voltada, principalmente, para não importar recessão.

Uma crise internacional prolongada, com recessão e inflação, significa, de um lado, que vamos ter dificuldades de balanço de pagamentos, pelos preços do petróleo e das matérias-primas importadas, bem assim pelo efeito da recessão, nos outros países, sobre as nossas exportações. Significa, de outro lado, que deveremos também ter dificuldades no crescimento, particularmente pela limitação da capacidade de importar, tornando difícil manter o nível de importações que tenderíamos a fazer, sem a crise, quanto a equipamentos e matérias-primas, assim como pelo efeito limitativo à expansão de mercado externo para nossas exportações.

Aqui já se pode assinalar o primeiro ponto essencial: boa parte desses equipamentos e das matérias-primas que, em outras circunstâncias, iríamos importar, pode ser produzida no País. Indo além: mesmo sem a crise do petróleo, a racionalidade econômica já indicava que estávamos tendendo a importar demais e perdendo valiosa oportunidade de expandir a produção interna, nesses campos.

A substituição de importações que, a prazo variável entre curto e médio, é possível realizar em tais áreas significa, simultaneamente, menor necessidade de importações e impulso à produção interna, atendendo, assim, aos dois aspectos da situação a enfrentar.

Em sentido mais amplo, convém definir a estratégia que deve ser adotada, realizando a síntese de três fontes poderosas de crescimento: substituição de importações (para um mercado interno existente); expansão de segmentos do mercado interno; e conquista de mercados externos, pela promoção de exportações.

Primeiro, o Brasil precisa, realmente, realizar um novo surto de substituição de importações, racionalmente, na área principalmente de setores básicos: insumos industriais básicos e bens de capital.

Na área de insumos básicos, a substituição de importações deve verificar-se principalmente nos seguintes grupos:

- Produtos Siderúrgicos e suas matérias-primas;
- Metais Não-Ferrosos e suas matérias-primas;
- Produtos Petroquímicos e suas matérias-primas;

- Fertilizantes e suas matérias-primas;
- Defensivos Agrícolas e suas matérias-primas;
- Papel e Celulose;
- Matérias-Primas para a Indústria Farmacêutica;
- Cimento, Enxofre, outros minerais não-metálicos.

Segundo o projeto do II PND, os investimentos a serem realizados nas Indústrias de Base (Bens de Capital e Produtos Intermediários), nos próximos cinco anos, são da ordem de Cr\$ 260 bilhões — o que mostra a importância quantitativa dessa fonte de crescimento.

Dentro da orientação de evitar importar recessão, constitui tarefa complementar à substituição de importações manter a renda dos setores agrícolas, eventualmente enfrentando problemas no comércio internacional, através de financiamentos, compras pelo Governo e outras formas de atuação.

A segunda fonte de crescimento, a expansão do mercado interno, pode ser mensurada pela constatação de que já temos um PIB da ordem de US\$ 80 bilhões, crescendo a 10% ao ano.

É possível garantir a expansão de segmentos expressivos do mercado interno, pela conjugação da política de salários (elevando os salários reais pela taxa de aumento de produtividade) com a política de preços (dividindo os ganhos de produtividade entre o produtor e consumidor, na produção em grande escala) e com a política de emprego.

As perspectivas são de criação de 6,6 milhões de empregos novos, até 1979, muito acima do crescimento da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. Isso acarretará, inclusive, certo início de escassez de mão-de-obra nos grandes centros urbanos, levando à elevação dos salários reais, pela força da procura.

Também se pode lembrar que, segundo os dados da PNAD, em 1972, nas zonas urbanas, somente 15% das famílias estavam com renda global mensal até o nível do salário mínimo, percentagem que, a esta altura, já se deve ter reduzido.

O que se conclui dessa análise é que, nos dois campos citados, existe enorme faixa de atuação que não é afetada, e pode ser até estimulada, pelas dificuldades surgidas na área internacional.

A terceira fonte de crescimento, aumento das exportações a 20% ao ano, é importante como contribuição ao PIB, e, muito mais ainda, como contribuição à situação do balanço de pagamentos. Obviamente, a expansão do mercado interno ajuda o PIB, mas não o balanço de pagamentos, que será o problema mais delicado do período.

Tem o Brasil reiterado a sua disposição de continuar apoiando o crescimento do comércio internacional — ao invés do isolacionismo e do neoprotecionismo. A expectativa de aumento, tanto das exportações como das importações, a taxas de 20% ao ano é evidência disso.

II — A grande frente interna de ocupação produtiva do universo brasileiro, em áreas novas do Nordeste, do Planalto Central e da Amazônia.

Essa disponibilidade de novas áreas pode, a partir de agora, na nova etapa que sucede à construção do gigantesco sistema rodoviário básico, converter-se, progressivamente, em contribuição ao aumento do PIB.

Só o POLAMAZÔNIA significa investimento de Cr\$ 4 bilhões, adicionais, em pólos agropecuários e agrominerais. São áreas gigantescas, muitas delas com excelente potencial de produção. Só o arquipélago de Marajó, para exemplificar (15º pólo) tem área correspondente a mais de 40 vezes o território da Guanabara.

III — A disponibilidade de espaço e de recursos naturais ainda longe de uma plena utilização.

Em economia, como se vê do caso da China (que possivelmente está com renda *per capita* correspondente à metade da do Nordeste), tamanho é documento.

Foi Solzhenitsyn que, não há muito, em manifesto, acentuou que o Brasil é um dos quatro ou cinco países do mundo que ainda dispõe de espaço para expandir a fronteira econômica, com significação mundial.

A verdade é que só recentemente, através do RADAM, das pesquisas da CPRM e de outros programas, passamos a desvendar, sistematicamente, os segredos de nossos recursos naturais disponíveis.

Não há dúvida de que, no próximos anos, a descoberta de novos e importantes recursos minerais passará a ter lugar com muita frequência.

O País está procurando saber o que tem, efetivamente, de petróleo, urânio e carvão.

Nossas reservas de ferro e bauxita são, simplesmente, incomensuráveis. As evidências quanto a tório, titânio e outros minerais estratégicos são satisfatórias. Na área de não-ferrosos, novas ocorrências se podem esperar, em dois ou três anos.

É muito recente a incorporação do potencial hidroelétrico da Amazônia. Logo de saída, dois ou três rios estudados apresentaram potencial de 20 000 000 kW, como indicação de muito mais por vir.

O projeto Aripuanã, para ilustrar, revelou várias quedas-d'água que nem figuravam no mapa, uma delas com 90 m de altura.

IV — A energia elétrica de origem hidráulica, abundante, e, agora, relativamente barata, em comparação com a Europa, Japão e, mesmo, Estados Unidos.

A verdade é que, nos próximos dez anos, ainda será marcante o predomínio da hidroeletricidade, no desenvolvimento do setor de energia elétrica no Brasil. Ao longo da década de 80 é que a fonte nuclear passará a ter certa expressão.

Até o fim desta década, verá o Brasil completados uns 7 novos complexos geradores, com capacidade, cada um, superior a 1 milhão de kW: Ilha Solteira (3 200 000 kW), Água Vermelha (1 380 000 kW), Marimbondo (1 400 000 kW), Itumbiara (2 100 000 kW), São Simão (1 500 000 kW até 1979, de um total de 2 500 000 kW), Paulo Afonso IV (1 550 000 kW até 79, de um total de 3 800 000 kW), Salto Osório (1 060 000 kW).

Itaipu, *hors concours* com seus 12 a 13 milhões de kW, estará entrando em operação no início dos anos 80, quando também poderão estar prontas mais seis usinas com mais de 1 milhão de kW: Tucuruí, Salto Santiago, Xingó, Sobradinho, Areia, São Félix.

A perspectiva é de que se venha a atender, nos próximos cinco anos, a um aumento de demanda de energia elétrica, no País, da ordem de 75%. Isso enquanto, em vários países desenvolvidos, como há pouco se assinalou, passou a usar-se o sistema, nos escritórios e fábricas, de uma lâmpada apagada para cada uma acesa.

V — Modelo econômico bem definido, que, no II PND, encontrou a sua mais completa explicitação.

Tem sido excepcional o clima de integração entre o Governo e setor privado, nesses anos de Revolução, como se evidenciou, ainda recentemente, no II ENAEX.

Exemplo, igualmente, bem sucedido de cooperação tem sido o esforço conjunto de adaptação do crescimento da indústria automobilística às novas condições da economia mundial e nacional.

A continuidade que o modelo econômico tem assegurado, na política econômica geral, na política financeira, orçamentária, de exportações, etc., tem permitido acumular resultados, acrescentando-se sempre algo ao que anteriormente fora conquistado.

VI — Modelo social mais bem definido no II PND.

A implantação do Ministério da Previdência e Assistência Social e, agora, a criação — em exame no Congresso — do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) significam, realmente, uma nova atitude de Governo, à busca de maior eficácia na execução da estratégia social. Estratégia que objetiva "aumento substancial de renda real para todas as classes. É importante que as classes trabalhadora e média sejam amplamente atendidas no processo de expansão, inclusive pela ampla abertura de oportunidades, econômicas e sociais (que, inclusive, determinam também o nível de renda futuro). Assim se poderá estabelecer uma sociedade em que, econômica e socialmente, as bases se estejam sempre movendo para cima".

Nesse sentido, a previsão de um orçamento social com aplicações de Cr\$ 760 bilhões, no período 1975-1979, é também significativa.

VII — Existência de estruturas mais eficientes, no Governo e no setor privado, para planejar e realizar o desenvolvimento.

Com o avanço realizado nesses anos de Revolução, alcançou-se grau de racionalidade muito superior, tanto no Governo como na área privada, pela mudança de atitude, e pela formação de estruturas mais eficazes, para a tomada de decisões, o planejamento de ação executiva e o esforço de implementação.

Implantou-se, na administração federal, um sistema de planejamento voltado para melhorar a execução. Os Ministérios dispõem, em geral, de assessorias técnicas permanentes. A eficiência das empresas governamentais é, em geral, um fato.

No setor privado, passou-se a reagir muito mais racionalmente ao sistema de incentivos financeiros e fiscais e aos estímulos de preços. Melhorou a gestão empresarial, apesar das limitações conhecidas. A experiência de exportar constituiu instrumento de modernização de toda a empresa, e não simples expansão de mercado.

Em várias regiões, emergiu a empresa agrícola.

VIII — Adaptabilidade e espírito de iniciativa da mão-de-obra brasileira.

O trabalhador brasileiro é, reconhecidamente, um trunfo para a construção da sociedade industrializada, revelado na capacidade de adaptação ao uso de novas máquinas, na fácil assimilação de processos e, muitas vezes, na iniciativa em face de situações novas.

Vimos, não há muito, exemplos diretos disso em empresas produtoras de equipamentos sofisticados, na construção naval, e até mesmo, em situações bem especiais como fábrica de jóias em Manaus e fábrica de relógios no interior do Nordeste. Nesta última, explicava o proprietário: meu segredo é essa verdadeira seleção genética que o trabalhador nordestino representa.

Pelo II PND, só o Ministério do Trabalho realizará programa de treinar 2 000 000 de trabalhadores.

Está-se realizando, em esforço conjugado de Trabalho, Educação e Planejamento, tarefa no sentido de programar, sistematicamente, as necessidades de mão-de-obra para todos os grandes programas de investimentos do PND, daí derivando as implicações para o treinamento profissional e o sistema educacional.

IX — Estabilidade social e política. Segurança.

A garantia dessa estabilidade já se tornou tão natural, entre nós, que do fato só nos apercebemos quando, em viagem ou pela força da comunicação, somos colocados diante de situações extremas ocorridas em outros países, em termos de atos terroristas, em países subdesenvolvidos e desenvolvidos, agitação sindical para fins políticos, conflitos raciais e de classes, etc.

X — Sociedade de estruturas abertas e ausência de problemas sociais insolúveis.

Os empresários, entre nós, se fazem a cada dia, e bem assim os homens de Governo, numa sociedade que, realmente, oferece oportunidades, e em que, não raro, muitos alternam entre Governo e iniciativa privada.

A consciência social repele preconceitos, particularmente de raças. Muitos sociólogos têm indagado se, efetivamente, não há preconceito de raça no Brasil. Do ponto de vista que nos interessa, é perfeitamente válido, nas condições brasileiras, tomar a democracia racial como realidade, a partir mesmo da posição do brasileiro médio, de hostilidade a qualquer purismo racial como política social.

Igualmente, as estruturas são flexíveis, na área econômica e social, continuamente se modificam, diante das circunstâncias, como resultado de forças de ordem econômica, tecnológica e, mesmo, social ou política.

Também o problema de organização não é barreira séria, como durante muito tempo se receou. Motivado adequadamente, o brasileiro, apesar de certa tendência dispersiva, se organiza para o trabalho e o desenvolvimento; sem tabus, realizando o equilíbrio necessário entre organização e criatividade.

Toda essa conversa permite uma conclusão.

O Brasil, principalmente nos últimos anos, conquistou a vontade política de realizar o desenvolvimento. Desenvolvimento tanto social como econômico.

É necessário preservar essa mobilização nacional, não por um ato de fé, pura e simplesmente, mas pela atitude adulta de conviver com a crise.

Como acentuou, na ida à Amazônia, o Presidente Geisel, o Brasil não adota, ante o desconcerto mundial, atitude de imobilismo. Nem de fatalismo.

Continua aberto, à nossa espera, um mundo de oportunidades. Talvez nem todas essas oportunidades nos venham procurar. Pois vamos atrás delas.

Aí o desenvolvimento, mais que o efeito de situações gerais favoráveis, que não mais subsistem, será realizado por direito de conquista.